



## **Construção de isotopias e heterotopias espaciais: análise da representação do urbano em um programa televisivo popular de Salvador**

Lilian Reichert Coelho

Doutoranda em Letras – Universidade Federal da Bahia

[lilian\\_reichert@yahoo.com.br](mailto:lilian_reichert@yahoo.com.br)

A proposta do presente texto é apresentar uma análise semiótica da representação do espaço urbano construída por um programa televisivo local: *Que venha o Povo!*. O objetivo central é expor os modos como o referido programa representa a cidade de Salvador, tomando como ponto de partida o fato de que, por se tratar de um produto midiático destinado às camadas populares, a cidade apresentada circunscreve-se aos limites dos bairros não-nobres da capital baiana. Tais localidades são instaladas discursivamente pelo programa escolhido para análise como isotopias, definidas por Lefebvre como as “partes comparáveis do espaço que se expressam e se lêem (nos planos, nos percursos, nas imagens mais ou menos elaboradas pelos “sujeitos”) de modo que se possa aproximá-las” (1999, p. 119). Pelo exposto, observa-se que as isotopias constituem os “lugares do mesmo”, construindo uma identificação entre bairros situados em diversos pontos da cidade, mas que apresentam condições de vida similares. A isotopia define-se como “um lugar (*topos*) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos), isto é, o que faz um *mesmo lugar*. Se noutra parte existe um lugar homólogo ou análogo, ele entra na isotopia” (LEFEBVRE, 1999, p.45). Nossa hipótese configura-se pela idéia de que o programa *Que Venha o Povo!* não apenas constrói determinadas localidades soteropolitanas como isotópicas, mas erige sua própria condição como enunciador-pai, pois é seu trabalho de mediador privilegiado que confere visibilidade positiva a lugares identificados pela grande mídia local por um viés estritamente negativo. Assim, considera-se que o referido programa cria uma representação contra-hegemônica das localidades não-nobres da capital baiana, posicionando-se como porta-voz dessas espacialidades isotópicas. Na análise espacial urbana, não se pode considerar as isotopias isoladamente, devido à complexidade do tecido social. Por isso, Lefebvre caracteriza como heterotópicos os lugares que se impõem como diferença em relação a uma isotopia. Em nosso caso específico, podemos afirmar que, se o “lugar inicialmente considerado” pelo programa *Que Venha o Povo!* são os bairros não-nobres de Salvador, os bairros nobres constituem a heterotopia fundamental, pois se contrapõem à isotopia. A fim de concretizar nossa análise, orientar-nos-emos pela perspectiva oferecida pela Sóciosemiótica, que nos possibilita compreender a orientação do discurso não apenas pelo viés lingüístico, mas permite observar com acuidade as relações estabelecidas entre os regimes de significação implicados na construção social do sentido veiculado pelo programa televisivo local *Que Venha o Povo!*.

## **Construção de isotopias e heterotopias espaciais: análise da representação do urbano em um programa televisivo popular de Salvador**

Lilian Reichert Coelho  
Doutoranda em Letras – Universidade Federal da Bahia  
[lilian\\_reichert@yahoo.com.br](mailto:lilian_reichert@yahoo.com.br)

### Introdução

*“A cidade envolve, mas não é apenas invólucro, película de cobertura. A cidade é feita de várias cidades, de diversos lugares que vão se inserindo nos interstícios do urbano, onde a vida, repleta de relações, se desenvolve”*  
(Carlos Eduardo Viana Hissa).

*Que venha o povo!* é um programa diário (exibido de segunda a sexta-feira, ao meio-dia) da TV ARATU, afiliada baiana SBT. Do ponto de vista do gênero televisual tal como pretendem os realizadores, configura-se como uma espécie de amálgama entre programa informativo e de variedades. De acordo com a descrição publicada no *site* da retransmissora, trata-se “de humor, prestação de serviços e cobertura dos fatos mais importantes do dia”<sup>1</sup>. A figura do mediador principal – que atua no estúdio – é construída pelo jornalista Casemiro Neto, cujo histórico de credibilidade junto ao público foi criado durante anos por sua atuação em outra emissora, como apresentador de telejornal. O mediador secundário é o radialista Zé Bim, que exerce a função de repórter, concentrando suas atividades nas ruas da cidade de Salvador. Os dois mediadores são diferentes entre si, complementando-se: enquanto Casemiro Neto é sério, formal (nos limites do programa), Zé Bim é

---

<sup>1</sup> [www.aratuonline.com.br](http://www.aratuonline.com.br).

absolutamente informal, aproximando-se tanto do telespectador quanto do público-personagem que se dá a ver no programa. Sobre este último, França (2006, p. 1) explica tratar-se de “(...) um personagem novo [que] aparece na televisão brasileira: a figura do popular, o representante dos anônimos que povoam as ruas e os barracos das grandes cidades”.

Embora não constitua o foco deste trabalho, consideramos relevante problematizar brevemente o próprio título atribuído ao texto no que concerne à multiplicidade de sentidos da palavra “popular”. Cientes de que não se trata de definição cabal, ainda assim optamos pelo uso do termo, sobretudo devido à ausência de consenso sobre a noção de comunicação popular tal como trabalhada por especialistas em Comunicação e Cidadania.

Em respeito à pluralidade de nuances que propostas e ações de comunicação social não-hegemônicas engendram, sublinhamos o fato de que exigências fundamentais (postuladas por autores como Peruzzo, 2006; Kaplún, 1985; Festa, 1986; Puntel, 1994) são nitidamente desprezadas pelo programa *Que venha o povo!*. Destacam-se como pontos básicos a serem considerados por qualquer atitude de orientação de fato “popular”: 1. o protagonismo popular, isto é, a participação ativa de indivíduos representantes de grupos excluídos; 2. orientação da comunicação a partir de princípios públicos, portanto, sem fins lucrativos; 3. divulgação de conteúdos que encetem a ampliação da cidadania, da independência, em termos individuais e coletivos.

Ao ignorar tais princípios da comunicação popular e optar pela utilização de estratégias típicas da mídia hegemônica, não apresentando proposta efetivamente

alternativa, o programa *Que Venha o Povo!* posiciona-se discursivamente como massivo popularesco, com algum grau de utilidade pública (PERUZZO, 2006). Sob a denominação “massivo”, compreendemos um tipo de comunicação destinada de forma vertical *para* os segmentos populares e não apropriada horizontalmente *pele* povo, como revela o posicionamento explícito do mediador principal<sup>2</sup>. O outro termo componente da expressão, popularesco, pode ser definido pelo uso de modalidades de linguagem – tanto verbal quanto visual – pautadas por: informalidade<sup>3</sup>, coloquialismos e excessos de toda ordem (gritos, sonoplastia, apelo sensual-erótico pela personagem “Malvada”, exploração cômica de defeitos físicos e *déficit* cognitivo de personagens (como o ex-boxeador Hollyfield), a própria construção de membros do público como personagens, preferencialmente cômicos).

Em que pese o supra-exposto, autores como Amaral (2006) consideram sob prisma positivo a existência, no ambiente midiático contemporâneo, de um gênero jornalístico informativo popular cujo estudo carece de detalhamento, carência essa oriunda de preconceitos históricos e de posicionamentos elitistas. A fim de evitar polarizações extremas, optamos por orientar a compreensão do programa sob análise pelo viés do paradoxo<sup>4</sup> e, justamente por isso, o julgamos merecedor de um olhar mais

---

<sup>2</sup> Apresentado com mais detalhes adiante, mas exemplificado pela fala de Casemiro Neto no programa exibido em 25 de setembro de 2008: “Vou cobrar de quem quer seja porque pobre já sofre demais!”. Tal pronunciamento permite refletir sobre o distanciamento entre as instâncias comunicadora e destinadora.

<sup>3</sup> A fim de adequar-se à informalidade exigida pelo programa *Que venha o povo!*, observa-se acuidade até mesmo no que concerne à indumentária dos mediadores. Casemiro Neto veste-se com calça e camisa apenas, sem paletó, o que auxilia na ruptura da imagem predominantemente séria. Ao contrário, e a fim de romper com a informalidade excessiva de seu personagem, o radialista Zé Bim porta terno completo.

<sup>4</sup> “O paradoxo é uma afirmação paralela à doxa: contradiz as percepções do conhecimento sensível e as opiniões do senso comum; por isso, complica o pensamento. O princípio aristotélico da não-contradição é fundamental para a doxa cotidiana: segundo ele, uma afirmação que contradiga a si

atento, para além de noções pré-concebidas. De qualquer modo, não é possível driblar de todo o fato de que o referido programa televisivo é construído na lógica popular comumente classificada como sensacionalista, pois evoca, com exagero e superficialidade, o emocional do telespectador.

Consideramos que todas as características brevemente apontadas revelam a riqueza de um programa televisivo do porte de *Que Venha o Povo!* do ponto de vista da análise de produtos midiáticos. A fim de direcionar nosso olhar, concentramo-nos nos modos de representação do urbano engendrados pelo referido programa. Para tanto, assumimos como balizas preferenciais as ferramentas disponibilizadas pela Sócio-semiótica (que nos auxilia a identificar os posicionamentos discursivos sobre a construção espacial) e as noções espaciais oferecidas por autores de diversas linhagens que, cremos, contribuem para a reflexão proposta.

#### Espacialidades soteropolitanas no programa *Que Venha o Povo!*

A idéia positiva sobre a espacialidade assume contornos enfáticos em Bachelard (1993), cuja noção de *topofilia* é conceituada como “espaço feliz”, lugar de onde é possível defender-se de quaisquer “forças adversas”; em suma, refere-se aos “espaços amados” (FERNANDES, 1992, p.19). Pelo termo, concebe-se a significação dos ambientes de aconchego e intimidade pelo viés do imaginário, cuja tendência é o movimento para o interior. As topofilias constituem lugares privilegiados na

---

mesmo não pode ser verdadeira. Mas o paradoxo costuma apresentar conclusão ou consequência contraditória: por incorporar a contradição na sua estrutura, torna-se difícil contestá-lo ou negá-lo. Os paradoxos não se podem classificar nem como falsos nem como verdadeiros.” (BERNARDO, 2004, p.65-66). Nos limites desta reflexão, compreende-se a atuação do programa como paradoxal devido à configuração dupla e simultânea de diversos elementos, dos quais se destacam: as figuras dos mediadores, as dimensões pública e privada, a representação da cidade de Salvador.

construção da experiência pessoal e/ou coletiva. No pólo oposto situam-se as topofobias, espacialidades que se impõem de modo imperiosamente negativo ao ser humano. Apesar de Bachelard circunscrever seu estudo em seara distinta, acreditamos que as noções de topofilia e topofobia podem ter alguma rentabilidade na análise da representação espacial urbana no ambiente midiático contemporâneo. Ademais, é inegável que os habitantes de uma cidade relacionam-se positiva e negativamente com o espaço urbano.

Greimas (1981, p. 115) expõe como forma privilegiada de conceber o espaço a tensão entre as idéias de topia e heterotopia, partindo do pressuposto de que “um ‘lugar’ qualquer só pode ser apreendido se o fixarmos em relação a um lugar diferente”. No programa televisivo sob análise, observamos que os bairros populares configuram-se como topia fundamental. Mais ainda, são destacados como isotopias pelo discurso do programa. Lefebvre define isotopia como “um lugar (topos) e o que o envolve (vizinhança, arredores imediatos), isto é, o que faz um *mesmo lugar*<sup>5</sup>. Se noutra parte existe um lugar homólogo ou análogo, ele entra na isotopia” (1999, p.45). Apesar de serem diferentes entre si, os bairros populares equivalem-se mutuamente, sendo intercambiáveis aos olhos dos poderes públicos e da “sociedade”. Na perspectiva do programa, entretanto, os moradores das localidades isotópicas são mostrados como excluídos da sociedade, esta última constituindo um “outro” por antítese.

Além disso, vale salientar que, em *Que Venha o Povo!*, há distinções entre os bairros não-nobres, posicionamento que contraria a orientação dominante, cuja

---

<sup>5</sup> [grifos do autor].

tendência é indissociar tais lugares. A distinção a que nos referimos é realizada pelos mediadores, sobretudo por Zé Bim, cuja atuação nas ruas dos bairros valoriza os elementos típicos de cada localidade, não sem dificuldade. Apesar da distinção e em função do paradoxo, observa-se que, no papel de crítico da “sociedade”, portanto, do “outro” – que permite, pela inação, a existência precária dos membros do público e, consequentemente, dos personagens-público – o programa ressalta o descaso, acentuando aspectos negativos dos bairros não-nobres como violência, assaltos, assassinatos, tráfico. A ênfase nos elementos negativos funciona em dois eixos: 1. reforça o papel de conselheiro dos mediadores e 2. ressalta a necessidade dos poderes públicos voltarem sua atenção para a população carente da capital baiana.

Além das noções de topia e isotopia, uma diversidade de autores concentra-se na exposição da idéia de heterotopia. Em *Outros espaços*, Foucault apresenta a referida noção ao refletir sobre a necessidade de valorização do elemento espacial. Salienta a ênfase conferida ao aspecto temporal durante o século XIX e confere importância à reflexão sobre espaço na contemporaneidade<sup>6</sup>. No referido texto, Foucault aponta possibilidades descritivas de diferentes “posicionamentos”: de passagem, como ruas, trens; de parada provisória, como cafés, cinemas, praias; e de repouso, fechados ou semifechados, como casa, quarto, leito etc. Para o autor, todavia, interessam aqueles que “(...) suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações” (FOUCAULT, 2006, p.414) imposto pelos padrões da sociedade.

Assim, os dois grandes grupos de posicionamento são denominados utopias e heterotopias. As primeiras seriam o que Foucault explica como posicionamentos sem

---

<sup>6</sup> Julga-se necessário contextualizar: a primeira versão do texto data de 1967.

lugar real – contrariando a proposta lefebvriana –, enquanto as segundas seriam lugares concretos, mais exatamente

espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados, invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (FOUCAULT, 2006, p.415).

Embora não apresente uma classificação rígida das heterotopias, o autor indica um conjunto de seis princípios que regeriam a existência desse tipo de espacialidade, acentuando o caráter simultaneamente universal e local das heterotopias, as quais optamos por não descrever aqui. No escopo deste trabalho, entende-se por heterotopias as construções sociais, comunitárias, imaginárias ou efetivadas que têm a propriedade de atribuir novas significações aos espaços, sobretudo na contemporaneidade, em que as heterogeneidades e as contradições não apenas afloram, mas são convocadas a emergir, em interação e/ou em confronto.

Ao expor a classificação das categorias de simulacros, Baudrillard argumenta serem as utopias “simulacros naturais, naturalistas, baseados na imagem, na imitação e no fingimento, harmoniosos, otimistas [*sic*] e que visam a restituição ou a instituição ideal de uma natureza à imagem de Deus.” (1991, p. 151). A utopia associada à idéia de simulacro sublinha a distância necessária entre o ideal, o sonhado, e o real. Enquanto as utopias revelam-se não-espacos, as heterotopias constituem-se como lugares reais, “inscritos na organização social, por assim dizer antiespacos ou contrafortes, utopias realizadas verdadeiramente, nas quais os espacos



reais dentro das respectivas culturas são simultaneamente representados, contestados ou invertidos” (VILAS-BOAS, 2002).

Na dinâmica da construção espacial da cidade de Salvador pelo programa *Que venha o povo!*, observa-se a concepção das topofilias construídas como heterotopias, dentre as quais se destacam os bairros nobres da capital baiana e o próprio programa. As localidades nobres não são mostradas, mas sua representação é constantemente evocada pelos mediadores a partir de concepções cristalizadas no imaginário dos setores desprivilegiados da população, público-alvo do programa. Vale notar que a heterotopia caracteriza-se como espacialidade cuja ação primordial é instaurar-se como diferença em relação a uma isotopia, “lugar inicialmente considerado”, no caso, os bairros não-nobres. Diferença fundamental entre bairros nobres e não-nobres e seu caráter, respectivamente, topofílico e topofóbico, é apontada por Espinheira, para quem: “(...) espaços geradores de múltiplas possibilidades produtivas são, inevitavelmente, aqueles mais caros, que se tornam intrinsecamente mercadoria no mercado imobiliário. A elevação de seu valor enquanto terreno ‘nobre’ atrai, conseqüentemente, investimentos presumivelmente compatíveis com o seu valor” (2003, p. 188).

Ao abordar as espacialidades topofílicas por um viés notadamente heterotópico, o programa *Que Venha o Povo!* as constrói como contraponto positivo às espacialidades isotópicas, os chamados bairros populares ou não-nobres. A construção discursiva sobre as localidades nobres da capital baiana apresenta tais espacialidades como espécies de *loci amoeni*, onde se pode viver bem e distante da violência e de toda a negatividade intrínseca às localidades habitadas pelo público

preferencial do programa. Quanto aos lugares não-nobres, além de constituírem-se como isotopias, configuram-se como espacialidades topofóbicas, isto é, regidas pela negatividade, estabelecendo com as topofilias relação de contrariedade. A relação entre lugares e pessoas configurantes de determinados espaços em uma cidade é imprescindível para a constituição da própria identidade de cada espacialidade, pois

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade. (SERPA, A., 2007, p. 20).

Portanto, é somente na “relação” entre lugares que os valores atribuídos a cada bairro da cidade se estabelecem, imprimindo valores positivos e negativos a segmentos do território urbano situados, muitas vezes, um ao lado do outro<sup>7</sup>. A mirada antropológica evidencia de modo mais abrangente a dicotomia no modo de observar a diferença entre as espacialidades citadas:

Os bairros pobres da cidade – localizados no interior e na periferia da mesma – sofrem uma estigmatização em decorrência da imagem negativa construída, sobretudo no que concerne aos aspectos do informal, sendo associados automaticamente pelos observadores do exterior à violência e à delinquência, o que termina por justificar a postura segundo a qual eles devem evitar tais lugares e se proteger dos ataques de seus moradores atrás de muros (...) (SANGODEYI-DABROWSKI, 2003, p. 178).

Além de isotopias e heterotopias, Lefebvre aponta a existência do “alhores, o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar” (1999, p.45). Trata-se da

---

<sup>7</sup> Para citar apenas um exemplo, é o que ocorre em Ondina, bairro nobre, onde estão incrustadas localidades não-nobres como o Calabar, o Alto de Ondina e a Baixa da Alegria, cuja permanência é alvo constante de (in)ações da Prefeitura e de empreendimentos imobiliários voltados para as classes médias.

concepção do *utópico*, paradoxal por excelência, pois é erigido como espaço real, embora não pontual. No que diz respeito ao programa *Que Venha o Povo!*, a utopia é construída pela concepção recorrentemente evocada da cidade justa, ideal, sem violência. Trata-se de um possível que depende exclusivamente da ação dos poderes públicos locais, já que a população dos bairros populares é composta por “pessoas de bem”. Como *locus* do imaginário, o alhures “está em toda parte, e em nenhuma parte” (LEFEBVRE, 1999, p. 45-46), como a própria idéia de cidade perfeita apresentada pelos mediadores.

Pelo exposto, nota-se que a concepção lefebvriana difere da proposta antropológica de não-lugar de Marc Augé, que o define como lugar de passagem, de todos e de ninguém, preenchido apenas por traços de presenças humanas fugazes. Essas espacialidades impedem a constituição de relacionamentos humanos estáveis, impedindo, portanto, a construção de afetos com o próprio lugar, o que faz dele um não-lugar. Sobre a relação entre espaços e sentimentos humanos, Pino<sup>8</sup> observa, na esteira de Augé, que “entre as peculiaridades que regem a ocupação do não-lugar destaca-se aquela que impõe a seu ocupante o estigma da solidão, pois ele inibe a

---

<sup>8</sup> Pino mostra-se resistente à noção de não-lugar, justificando-se pela crença de que se articula “(...) apenas como negação, além de, sob o ponto de vista lógico, a própria expressão ‘não-lugar’ constituir, conceitualmente, uma aporia, sendo, por isso, desprovida de valor operacional e de capacidade heurística, por ser incapaz de explicar os aspectos positivos e efetivamente funcionais dos fenômenos que se propõe a descrever. Além do mais, assume a feição de estar instituindo uma novidade específica da época atual, quando, de fato, os aspectos que suscita constituem ocorrência que permeia a história.” (2000, p. 99). Embora as reflexões de Pino tenham contribuído sobremaneira para o desenvolvimento deste trabalho, vale ressaltar discordância em relação ao desprezo da idéia de “não-lugar”. A referida noção é tratada como metáfora, por isso se julga impertinente defini-la como aporia conceitual, como sugere o pesquisador. Pode-se considerar seu caráter aporético no que diz respeito à existência concreta de lugares desse tipo mas, ao tratá-la como metáfora, nada parece torná-la inexequível do ponto de vista operacional.

relação que este poderia manter com as demais pessoas, além de desindividualizá-lo” (PINO, 2000, p. 95).

Uma atitude do mediador explicita o posicionamento contra-hegômico no discurso sobre a cidade, contrastando com a noção de não-lugar de Augé e permitindo-nos uma aproximação à proposta de Lefebvre. Tal atitude pode ser observada nos quadros do programa em que o repórter Zé Bim situa-se em lugares estratégicos da cidade por serem centrais e por serem espaços transitoriamente ocupados pela população carente, quais sejam: a Estação da Lapa, o Relógio de São Pedro, a Estação de transbordo de Pirajá e, algumas vezes, a Praça Piedade. Todos os lugares citados configuram-se como não-lugares, espacialidades regidas pelo paradoxo, ao mesmo tempo ameaçadoras – pela abertura ao imprevisto e ao espontâneo – e topofílicas – justamente em razão dessa abertura – pois permitem tanto o trânsito como a permanência, ainda que apenas temporária, de indivíduos oriundos de quaisquer pontos da cidade.

Ao apropriar-se dos não-lugares citados, instituindo seu *locus* provisório e propiciando a reunião de diferentes indivíduos motivados por um objetivo comum (solicitar ajuda, procurar um familiar desaparecido, esclarecer dúvidas sobre saúde, sexo ou cidadania etc.), o programa constitui-se também como uma espécie de “entre-lugar”. Ali, naquele momento, erige-se a identidade popular e permite-se o diálogo social pela não-hierarquização entre os interlocutores – uma vez que os mediadores utilizam estratégias discursivas no sentido de horizontalizar os posicionamentos sociais relativos a si mesmos, aos personagens reais que ali se dão ao ver e ouvir e ao público – ou, ao mesmo, a ilusão de efetiva participação.

Ainda que o programa crie essas “ilhas” identitárias e dialógicas no ambiente urbano soteropolitano, nota-se que a tendência maior orienta-se no sentido de mostrar a “realidade” dos bairros não-nobres da cidade, cuja consequência é uma concepção genérica do urbano predominantemente distópica. O discurso dos mediadores conduz-se pela asserção segundo a qual se algo não for feito imediatamente para amenizar a violência e propiciar melhorias na condição de vida de ampla camada da população, o caos reinante tende a aumentar. Caos que se expressa também sonora e visualmente no programa, pelo excesso, elemento discursivo já citado. Pelas vias do discurso alarmista constrói-se uma projeção negativa no que tange a um futuro próximo, com acento na antevisão da catástrofe social iminente.

Vale salientar ainda que a existência do programa como não-lugar acentua-se no plano do exercício mediador, dada a função auto-imposta pela referida instância e legitimada pelos destinatários. Para além da caracterização como não-lugar, essa relação simbiótica situa o programa televisivo em análise como espacialidade heterotópica do tipo “espelho”, uma heterotopia neutra, nem positiva, nem negativa. É Lefebvre quem ressalta a possibilidade de se considerar tal “elemento neutro”, pois “pode consistir na ruptura-sutura dos lugares justapostos (...)” (1999, p. 45). Em *Que Venha o Povo!*, o “espelho” é constituído pela própria interação estabelecida, isto é, pela mediação, inerente à comunicação praticada (televisiva). O agente dessa comunicação personifica-se no mediador “de rua”, pois ele “vai onde o povo está”, estabelecendo um liame entre a vida invisível nas espacialidades isotópicas e topofóbicas e “a sociedade”.

## Espaço e enunciação no programa “popular”

Ainda que a análise se pretenda restrita aos modos de representação do espaço, consideramos que, por se tratar da observação de um produto midiático, não é possível desprezar os aspectos relativos à Enunciação, uma vez que se trata de apenas “uma” representação da cidade. A perspectiva da Sóciosemiótica nos permite considerar, sobre o programa *Que Venha o Povo!*, que a figura do Destinator – caracterizado como a força manipuladora que enseja a existência da postura enunciativa apresentada – constitui-se como o próprio desejo de visibilidade dos setores excluídos da população soteropolitana que, por sua vez, constitui-se o Destinatário.

Na instância da Enunciação, verifica-se um tipo de posicionamento paternalista, evidenciado por atitudes recorrentes do enunciador, representado pelas figuras mediadoras, ao reiterar uma suposta relação umbilical com o enunciatário, tal como se observa na afirmação de Casemiro Neto no programa do dia 24 de setembro de 2008: “Espero que o secretário de saúde tome providências. Eu não quero mostrar essa imagem [de uma quantidade significativa de pessoas em fila para receber colírio contra glaucoma no Hospital São Jorge, no bairro de Roma, Cidade Baixa], isso me incomoda”. Pelo exposto, percebe-se com nitidez a relação assimétrica e paternalista estabelecida: o enunciador (localizado em um lugar social e de fala distintos do enunciatário, representando-o) instaura-se discursivamente como capaz de conferir visibilidade e até de resolver os problemas de seus enunciatários (os pobres, invisíveis e sem voz, que sofrem o descaso dos poderes públicos). A relação entre enunciador e enunciatário é um dos elementos que demonstram a impossibilidade de se

compreender *Que Venha o Povo!* como um programa popular nos moldes do que se defende no espectro das abordagens sobre a comunicação popular, tal como expusemos brevemente.

O próprio programa apresenta-se como “salvação” para as camadas não-assistidas da população, já que o poder público não funciona. Somente o programa tem a capacidade e a preocupação de conferir visibilidade e audibilidade a um espectro da população tradicionalmente sem corpo e sem voz. Tal atitude enunciativa, discursiva, permite comprovar o posicionamento do programa como heterotopia que não se apresenta como um lugar efetivo, mas se estabelece na relação entre o programa, compreendido como mediador entre diversas instâncias sociais.

Isso se verifica nos enunciados proferidos pelo apresentador e pelo repórter, que “cobram” soluções do poder público e se arrogam portadores da verdade e de soluções. Verifica-se um exemplo ilustrativo na edição já citada, de 24 de setembro de 2008. Após a exibição de uma matéria de denúncia na saúde pública relativa ao flagra de uma fila “humilhante” na distribuição de colírios para glaucoma no Hospital São Jorge, no bairro de Roma (situado na Cidade Baixa), o mediador elogia a atuação do Secretário de Saúde. Na seqüência, afirma que o secretário deve ser uma pessoa séria, “senão, não estava lá”, mas pode ser que desconheça a situação. É pela função de mostrar que os mediadores legitimam o discurso construído e o próprio lugar diferencial de fala: o programa popular, configurado pela ação daquele que sabe reconhecer os pontos positivos das instâncias dirigentes ou hegemônicas, mas que não pode fechar os olhos diante de situações de descaso com o “povo” (palavra recorrente

no programa). Além disso, investe-se de autoridade, ao ameaçar: “Espero que tome providências”.

#### Algumas ponderações finais

Após a breve incursão nos meandros do programa *Que Venha o Povo!*, centrando nosso olhar em aspectos relativos à representação do urbano e à enunciação, é possível concluir afirmativamente acerca da produtividade encetada pela apropriação dos conceitos bachelardianos de topofilia e topofobia. Em razão da pertinência das referidas noções e na tentativa de ser fiel às especificidades do produto sob análise, consideramos profícuo esgarçar as idéias, transcendendo o cunho exclusivamente individual rumo à abordagem coletiva e social. Na dinâmica da configuração social contemporânea, podemos observar, pela representação construída pelo programa, que o bairro institui – pela reunião na mesma espacialidade –, traços reconhecíveis como próprios do lugar, gerando, em alguns casos, modos de viver e “tipos” sociais peculiares, o que, pelo exposto, cremos *Que Venha o Povo!* tenta não apenas acentuar, mas legitimar.

Acreditamos também que a noção de bairro carece de detalhamento e investigação quando da análise de representações midiáticas, pois revelam, se tomados com singularidades, aspectos relevantes sobre qualquer cidade, especialmente as metrópoles. Qualquer bairro constitui espacialidade urbana que propicia trocas humanas, “(...) lugar de uma passagem pelo outro, intocável porque distante, e no entanto [*sic*] passível de reconhecimento por sua relativa estabilidade. Nem íntimo, nem anônimo: vizinho” (CERTEAU, 1996, p. 43). Importante na análise



da representação de qualquer bairro é perceber que a vizinhança e a estabilidade da vida e dos afetos apontam para a construção espacial da experiência coletiva pelo viés da dimensão tátil da vida – muito mais do que pelo olhar (que caracteriza a liminaridade, o voltar-se para o outro e não para dentro de si) – e da horizontalidade, ambas refletindo a instauração e a consolidação no tempo e no espaço do contato interpessoal. Bairros, em geral, têm histórias, personagens, formas de relacionamento peculiares entre vizinhos, configurando-se como espacialidades de diferenciação no interior da cidade, constituindo – muitas vezes, especialmente no contexto metropolitano – cidades quase autônomas, como é o caso, em Salvador, de Cajazeiras e da Suburbana, para citar apenas dos exemplos soteropolitanos comumente mostrados pelo programa.

Tatilidade e horizontalidade são eixos que regem a vida em localidades desse tipo, e o programa *Que Venha o Povo!* revela, paradoxalmente, certa homogeneidade entre os bairros não-nobres, ao invés de privilegiar a exposição das marcas diferenciais de cada localidade. Comprova-se o acento nas dimensões tátil e horizontal pela maneira como as relações humanas são construídas no discurso: salienta-se a falta de hierarquia entre as pessoas, oriunda da informalidade configurante das relações, e a facilidade e a rapidez no florescimento de relações conflituosas. Estas são evidenciadas pelo programa em consonância com o posicionamento paternal assumido pelo enunciador no quadro *A hora do acordo*, exibido às quintas-feiras. Ângelo Serpa permite-nos diferenciar bairros nobres de bairros populares, na linha de pensamento que vimos defendendo de acordo com a análise do programa, ao tomar Keller (1979) como baliza e afirmar que, “nos bairros

populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares”. Por outro lado, contrasta o autor, ao dizer que, “nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais e, na maior parte dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar necessidade individual de espaço” (SERPA, A., 2007, p. 153).

Um exemplo que confirma a aposta interpretativa nas relações horizontais e próximas evidentes no contexto dos bairros não-nobres é a edição do dia 11 de setembro de 2008. O quadro “A hora do acordo” apresentou a tentativa de promover não apenas a reconciliação entre vizinhos, mas um elemento ainda mais precioso para um programa com viés popularesco: a denúncia. Sob a chamada “Marmoraria tira o sossego de moradores de Castelo Branco”, o enunciador reitera com coerência a linha seguida durante todo o programa exibido na referida data: a ênfase na editoria de polícia. Zé Bim tentou “resolver” a situação de inimizade criada pela atuação da marmoraria, apelando para argumentos superficiais, ligados ao emocional dos envolvidos, destacando com veemência a proximidade, a relação de vizinhança, que deve ser respeitosa.

Nesse dia, o enunciador abordou com recorrência os temas policiais em detrimento do humor (característica do programa), dada a factualidade de acontecimentos como: assassinato de policiais no Engenho Velho da Federação (“32ª morte de PM na Bahia só neste ano contra 26 em 2007 todo”); prisão de assaltantes (“Trio da pesada: presos com armamento de guerra dentro de Kombi”); violência doméstica (“Jovem de 23 anos teme vingança porque denunciou padrasto por maus-

tratos”); assassinato no Nordeste de Amaralina. Casemiro Neto enfatiza as ocorrências factuais e negativas, afirmando continuamente: “A cidade está em polvorosa” ou “A cidade está pegando fogo”. Apesar disso e seguindo a linha do paradoxo inerente ao programa, o mediador tenta amenizar a situação, por meio do posicionamento conselheiro, condizente com o paternalismo explicitamente assumido: “Deve-se ser precavido, mas não paranóico!”. Consideramos a edição de 11 de setembro de 2008 emblemática porque revela o caráter paradoxal do posicionamento discursivo do programa: ao mesmo tempo em que acentua a cidade como distopia, suaviza o próprio encaminhamento, a fim, provavelmente, de evitar a revolta social.

Em suma, este trabalho constituiu-se apenas como uma abordagem preliminar, breve e superficial, sobre um programa “popular” local e, esperamos, seja o ponto de partida para futuras investigações acerca de produtos midiáticos do mesmo calibre.

#### Referências

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BACHELARD, Gaston. **Poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ESPINHEIRA, Gey. Imagem da cidade feia e desumana: Salvador vista no Subúrbio Ferroviário. Em: ESTEVES JR., Milton; MONTOYA, Urpi (orgs.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador, BA: EDUFBA, 2003. pp. 185-199.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. Em: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Michel Foucault – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 (Ditos & Escritos, vol. III).

FRANÇA, Vera (org.). Narrativas televisivas – programas populares de TV. **Comunicação & Cultura**, vol.4. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **Semiótica e Ciências Sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981.

HISSA, Carlos Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. Em: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da Cidade**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2006.

KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUSC/Pontes, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.

PERUZZO, Cicília M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. Texto apresentado no NP Comunicação para a Cidadania, durante o INTERCOM – Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2006. disponível no site: <http://www.intercom.org.br>, acessado em 23 de março de 2008.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANDOGHEYI-DABROWSKI, Delphine. As raízes ideológicas da segregação no Brasil: o exemplo de Salvador. Em: ESTEVES JR., Milton; MONTOYA, Urpi (orgs.). **Panoramas urbanos**: reflexões sobre a cidade. Salvador, BA: EDUFBA, 2003. pp. 165-184.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

VILAS-BOAS, Gonçalo. Utopias, distopias e heterotopias na literatura de expressão alemã. Em: VIEIRA, Fátima; SILVA, Jorge Miguel Bastos da. (orgs.). **Cadernos de Literatura Comparada 6/7**: Utopias. Porto: Granito/Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, 2002. pp. 95-118.